

O debate em torno da Lei de Proteção de Dados Brasileira tem sido norteado pela referência que o Ministério da Justiça⁴² tem no modelo praticado pela Comunidade Europeia, mas há ainda muita polêmica principalmente em torno da questão da necessidade do consentimento em diversos momentos do ciclo de vida dos dados (captura, tratamento, uso, enriquecimento, compartilhamento, descarte ou guarda) e da utilização de uma espécie de autoridade central.

Bem, a existência no Brasil de uma lei que exige que as informações sejam tornadas públicas (Lei de Acesso a Informação), ao mesmo tempo que se debate um projeto de proteção de dados pessoais dos cidadãos, parece, em uma primeira análise, um pouco contraditório, mas não é.

Por um lado, há a transparência da informação nos Órgãos Públicos, e, por outro, a necessidade de proteger o cidadão de abusos no uso de seus dados. Isso porque há hoje uma grande oferta de serviços gratuitos, mas que na verdade são pagos com informações que depois são utilizadas muitas vezes para propósitos que o usuário nem imagina.

Mas isso não quer dizer que o servidor público não acabe correndo um risco de segurança da informação quando os dados como nome, CPF, holerite com valores são tornados públicos? Logo, mesmo o exercício da transparência pública exige uma certa cautela, para não gerar um efeito colateral de risco pessoal para todos os funcionários públicos.

Como viabilizar o direito ao protesto pacífico na Internet e ao mesmo tempo garantir a segurança dos internautas, coibindo ações que tiram do ar *websites* de serviços de utilidade pública prejudicando milhares de pessoas? Como exposto, há um limite bem sutil entre liberdade e abuso, e isso só consegue ficar mais bem definido com investimento em educação, que foi o primeiro ponto que apontamos como essencial para garantir a própria liberdade.

Pegando este gancho, entramos na discussão da necessidade de novas leis que tipifiquem os crimes digitais, que, em muitos casos, são apenas um novo *modus operandi* de um crime antigo, já previsto no Código Penal, mas, em algumas situações, trazem uma nova conduta, não tratada ainda como ilícita pelo Ordenamento Jurídico. Por exemplo, o crime de se criar um vírus ou o de disseminar um arquivo malicioso, ou mesmo o de invadir uma rede ou um computador, ou mesmo o celular de uma pessoa para obter dados.

42. Debate realizado em São Paulo, promovido pela BRASSCON (Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação), USP (Universidade de São Paulo) e CEST (Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia), com a presença do SENACON/MJ (Ministério da Justiça). Disponível em: <<http://www.prospectiva.com/pt-br/blog/prospectiva-comparece-evento-sobre-privacidade-de-dados-e-marco-civil-da-internet>>.